



Realcafé Solúvel do Brasil S/A

CNPJ 28.154.847/0001-40

Balancos patrimoniais – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Circulante						
Caixa e Equivalente de caixa	3	6.648	78.192			
Aplicações financeiras	4	27.330	19.644			
Clientes	5	203.977	85.089			
Estoques	6	119.890	39.097			
Créditos fiscais	7	24.877	11.011			
Outros valores circulantes	8	2.176	35.391			
		384.897	268.424			
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	15	3.432	1.604			
Créditos fiscais	7	4.810	6.837			
Outros ativos não circulantes		29	1			
		8.271	8.441			
Imobilizado						
Intangível	10	131.032	119.238			
		436	95			
		139.739	119.333			
Total do ativo		524.637	396.199			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Líquidos/ (prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	163.640	3.189	60.593	-	227.422
Incorporação de reservas ao Capital Social					
Lucro líquido do exercício				55.519	55.519
Destinação do lucro:					
Reserva legal		1.228		(1.228)	-
Reserva para retenção de lucros			23.331	(23.331)	-
Dividendos Obrigatórios				(30.960)	(30.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	163.640	4.417	83.924	-	251.981
Incorporação de reservas ao Capital Social					
Lucro líquido do exercício				56.415	56.415
Outros Resultados Abrangentes:				(9.746)	(9.746)
Ajustes de Instrumentos Financeiros				9.746	9.746
Destinação do lucro:					
Reserva legal		256		(256)	-
Reserva para retenção de lucros			4.855	(4.855)	-
Dividendos Obrigatórios				(51.305)	(51.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	163.640	4.673	88.779	9.746	247.345

Notas explicativas às demonstrações contábeis – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Realcafé Solúvel do Brasil S/A, constituída em 04 de dezembro de 1968, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, situada na Rodovia Gov. Mário Covas, 140 A, Marclio de Noronha, no município de Viana, estado do Espírito Santo, sendo uma das maiores e mais tradicionais beneficiadoras de café do Brasil.

A Companhia é controlada pelo Grupo Tristão, que detém 93,31% do capital social, tanto o controlador e a controlada desenvolvem as suas atividades em função do setor cafeeiro, tendo a Realcafé Solúvel do Brasil S/A o objetivo de realizar a industrialização de produtos alimentícios a base de café, tais como café solúvel a granel e em sachê, além de café torrado e moído.

A atuação da companhia está majoritariamente na produção de produtos Private Label, tendo abrangência no mercado interno e externo, com vendas para os seguintes mercados: EUA, Indonésia, Austrália, Holanda, França, Argentina dentre outros. Porém, a mesma também detém marcas próprias de abrangência local (estado do Espírito Santo), a companhia tem investido no segmento de cafés especiais, objetivando a melhoria da qualidade do café Arábica no estado do Espírito Santo.

O ano de 2024 teve um aumento do volume exportado de 12,26% em relação ao ano de 2023 e de 3,25% em relação a 2022. Esse efeito é fruto de um ajuste de lead time logístico, o que ocasionou menor tempo entre o embarque e a entrega ao cliente, neste sentido, houve dimensionamento de nossos clientes quanto a novos pedidos, consumindo o estoque já recebido de anos anteriores. Reforçando o compromisso com os clientes e funcionários bem como toda sociedade em ser cada vez mais uma Companhia sustentável e eficiente. Neste período divulgamos publicamente nossos indicadores de sustentabilidade a nível de Grupo, o comitê de discurso cuja responsabilidade foi desenvolver uma matriz de sustentabilidade aliando nossas práticas, valores e desejos para cada pilar do ESG (Environmental, Sustainability and Governance), sendo este material disponibilizado em nosso site eletrônico.

Durante o exercício de 2024, a Companhia distribuiu aos seus empregados participação dos resultados de 2023, além disto, provisionou a distribuição de juros sobre capital, que será deliberada na próxima AGO, respeitando o mínimo obrigatório pelo estatuto.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2025.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação
As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Políticas contábeis materiais
Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros

não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- **Valor justo por meio de resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- **Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa
Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Aplicações financeiras
As aplicações financeiras correspondem a um ativo financeiro ou título de crédito oferecido por uma instituição financeira com o objetivo de obter uma remuneração para os recursos aplicados.

A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme a finalidade para a qual eles foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e. Contas a receber e clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente de eventuais perdas na realização dos créditos.

Os cálculos do ajuste a valor presente não apresentaram valores relevantes em razão do curtíssimo prazo de liquidação das duplicatas a receber. Portanto, não houve contabilização de ajuste a valor presente.

f. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem ao custo de reposição.

g. Impostos a recuperar
Os impostos a recuperar são compostos de créditos apurados nas operações mercantis, sendo que os tributos de responsabilidade e administração da Receita Federal do Brasil podem ser compensados com tributos da mesma natureza, já os tributos administrados pela Secretarias de fazenda estaduais, só podem ser compensados com o próprio tributo.

A Companhia classifica os impostos a recuperar em curto e longo prazo em razão da sua capacidade de geração de créditos e a sua necessidade de uso.

h. Despesas antecipadas
As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmio de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

i. Ativos circulantes e não circulantes
Outros ativos circulantes e não circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indícios de perdas não recuperáveis.

j. Imobilizado
O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizáveis.

A depreciação é calculada utilizando o método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, para a qual a Companhia revisa periodicamente.

A Administração da Companhia não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01.

k. Fornecedores
Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional, líquida	17	578.390	385.198
Custos dos produtos vendidos		(474.991)	(320.472)
Lucro bruto		103.399	64.726
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(9.104)	(6.678)
Despesas administrativas e gerais		(32.945)	(26.544)
Outras receitas operacionais		33.291	16.110
Depreciações e amortizações		(8.253)	(6.817)
Outros resultados operacionais líquido		(1.444)	3.437
Resultado antes do efeito financeiro		84.944	44.235
Resultado financeiro e cambial			
Resultado cambial líquido		(26.078)	16.516
Receitas (despesas) financeiras líquidas		783	6.916
		(25.295)	23.432
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		59.649	67.666
Imposto de Renda		(2.390)	(8.847)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(844)	(3.300)
		(3.234)	(12.147)
Lucro líquido do exercício		56.415	55.519
Lucro líquido por ação em reais		151,36	148,95

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro Líquido do período	56.415	55.519
Ajuste de Instrumentos Financeiros	(9.746)	-
Resultado abrangente	46.669	55.519

classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

l. Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os empréstimos e financiamentos são representados por Adiantamentos de Contratos de Câmbio, Funcafé, Finame, leasings e Pré-Pagamentos de exportação, considerando-os como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, estes são classificados como passivo não circulante.

m. Passivos circulantes e não circulantes
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

n. Provisões
São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Provisões para contingências
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

p. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido
As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

q. Benefícios a funcionários
A Companhia oferece aos seus empregados benefícios como assistência odontológica, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), seguro de vida, vale transporte, entre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

r. Reconhecimento da receita
Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

A Companhia em suas vendas no mercado interno e externo, reconhece as suas receitas quando da transferência de propriedade da mercadoria ao cliente. No caso das exportações considera-se configurada a transferência da propriedade das seguintes maneiras:

- no caso de operação com cláusula "FOB" – Free on Board (Posto a Bordo), a transferência da propriedade dos bens se dá quando de sua entrega ao transportador;
- já para as operações com cláusula "CIF" – Cost, Insurance and Freight (Custo, Seguro e Frete), a transferência se verifica somente quando da entrega das mercadorias ao comprador.

O "FOB" ocorre quando as despesas de frete, seguro e taxas forem por conta do cliente, enquanto no "CIF" as despesas de frete, seguro e taxas correm por conta do fornecedor. Em ambos os casos a Companhia considera transferência da propriedade de mercadorias exportadas na ocasião do embarque, que para esta se opera:

- a) quando de sua entrega ao transportador na modalidade "FOB"; e b) quando da entrega das mercadorias ao comprador para a modalidade "CIF", cabendo nesse momento o registro contábil da respectiva receita.

Receitas financeiras
As receitas financeiras são reconhecidas "pro rata die" com base no método da taxa de juros efetiva.

s. Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no exercício em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

t. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (i) **Provisão para garantias**
Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.
- (ii) **Provisão para contingências**
A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

u. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024
As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	56.415	55.519
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações	8.593	6.798
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(51.305)	(30.960)
Amortização	(341)	19
Baixas de Imobilizado/ Intangível		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Provisão para perda de estoque		
Contingências	(9.746)	
Variação cambial		
	3.616	31.376
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Variação de contas a receber de clientes	(118.888)	(8.374)
Variação de estoques	(80.792)	36.196
Variação de impostos a recuperar	(11.839)	124
Variação de outros créditos	33.187	(22.046)
Depósitos judiciais	(1.828)	(82)
	(180.161)	5.819
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Variação de fornecedores	9.981	15
Variação de obrigações tributárias	(2.480)	1.053
Variação de dividendos/JCP	549	1.312
Provisão para Contingências	(625)	685
Variação de outros débitos	584	(3.636)
	8.009	(571)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(168.535)	36.624
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado, inclusive bens arrendados e Intangível		
Aquisição de Participações Societárias		
Baixa de ativo imobilizado por venda		
Resgate de aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	(7.686)	51.088
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(28.073)	37.586
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	125.066	1.580
Pagamento de empréstimos e financiamentos		
Apropriação de Juros e Variação cambial		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	125.066	1.580
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(71.542)	75.790
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 31 de Dezembro	78.192	2.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 31 de Dezembro	6.648	78.192
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(71.543)	75.791

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis
O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento
Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)
Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.
Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) – exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Dessa forma, e termo "Caixa e Equivalentes de Caixa" considera toda sua disponibilidade, ou seja, caixa mantido em conta corrente e aplicações financeiras em CDBs.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a investimentos de curto prazo com liquidez diária e sem carência.

b. CDB é a sigla para Certificado de Depósito Bancário e é um título de Renda Fixa emitido por bancos. A Companhia opta por títulos com liquidez diária.

4. Aplicações financeiras

	2024	2023
Debêntures (a)	27.330	19.644
	27.330	19.644

(a) São aplicações compromissadas com lastros de terceiros com liquidez diária sem IOF com rentabilidade sobre o CDI.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional. A Companhia separa as contas a receber em título do Mercado Externo e Mercado Interno. Sendo que 86% dos títulos são relativos ao mercado externo, cujo não há problema de recuperação de crédito historicamente.

	2024	2023
Mercado externo (a)	186.994	76.084
Mercado interno (b)	17.474	9.102
(-) Provisão de devedores duvidosos	(491)	(49)
(-) Descontos no recebimento	-	(48)
	203.997	85.089

(a) O contas a receber do mercado externo não existe histórico de perdas recentes, sendo todos os títulos recebidos via ordem de pagamento aguardando somente a comunicação da empresa para efetuar a nacionalização do recurso ou liquidação de ACC. Abaixo o aging dos títulos em aberto após o data de embarque. Saldo com partes relacionadas corresponde a 73% (Nota Explicativa 27).

6. Estoques

	2024	2023
Café (a)	57.300	5.009
Produtos acabados (b)	23.473	22.296
Produtos em elaboração	30.606	4.111

9. Imobilizado

CONTA	Taxa de depreciação %	Aquisições/ Depreciações				2024
		2023	Baixa	Transf.	2024	
IMOBILIZADO						
Terrenos		35.623	8.075	-	-	43.698
Benfeitorias em Terrenos		690	-	-	-	690
Benfeitorias/Instalações em imóveis uso		63.185	1.321	-	4.007	68.513
Máquinas/equipamentos		86.317	6.535	(415)	-	92.437
Móveis / Utensílios e máquinas		2.108	232	(44)	-	2.296
Veículos		796	353	(70)	-	1.079
Obras em andamento		9.462	3.402	-	(4.007)	8.857
Outras imobilizações		104	50	(4)	-	150
Equipamentos de informática		5.093	258	(10)	-	5.341
Total do Imobilizado		203.377	20.226	(543)	-	223.060
DEPRECIACÕES						
Benfeitorias em terrenos	4	(577)	(28)	-	-	(605)
Benfeitorias/Instalações em imóveis uso	4	(21.100)	(2.868)	-	-	(23.968)
Máquinas/equipamentos	10	(56.092)	(4.876)	193	-	(60.775)
Móveis / Utensílios e máquinas	10	(1.229)	(172)	37	-	(1.364)
Veículos	20	(784)	(9)	70	-	(723)
Outras imobilizações	10	(98)	(3)	2	-	(99)
Equipamentos de informática	20	(4.258)	(245)	9	-	(4.494)
Total das depreciações		(84.139)	(8.201)	311	-	(92.028)
Valor Residual		119.238	12.025	(232)	-	131.032

10. Intangível

RUBRICA	2023	Aquisições	Baixa	Transfe-rência	2024
Total do Intangível	311	392	-	-	703

Amortização	Taxa de Amorti-zação %	2023	Depreciações	Baixa	Transfe-rência	2024
		(216)	(52)	-	-	(268)
Valor líquido		95	340	-	-	436

11. Contas a pagar

	2024	2023
Adiantamento a clientes	11	60
Participação nos resultados (a)	5.114	4.316
Outras contas a pagar	798	963
	5.923	5.339

(a) No ano de 2024 a Companhia estabeleceu metas operacionais para o plano de participação nos resultados, os indicadores foram acompanhados ao longo do ano, sendo todos atingidos foi provisionado a participação nos resultados a serem liquidados em março/2025.

12. Encargos sociais e impostos

	2024	2023
CIRCULANTE		
Encargos sociais/Impostos	3.276	2.686
Encargos sociais sobre folha pagamento	338	338
Tributos retidos na fonte	78	28
ICMS	991	219
Imposto renda e contribuição social	-	1.104
PERT/REFIS	-	499
	4.683	4.874

NÃO CIRCULANTE

Impostos a recolher		
Parcelamento receita federal	-	2.957
Juros parcelamento	-	(668)
	-	2.289
Total de encargos sociais/Impostos a recolher	4.683	7.163

13. Dividendos a pagar/Juros sobre capital próprio

Aos acionistas são garantidos, estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do Lucro Líquido do exercício, calculados nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A companhia através da sua diretoria decidiu em 31 de dezembro de 2024 distribuir juros sobre capital próprio a serem liquidado em fevereiro de 2025.

A Companhia possui ações ao portador, cujo a identificação é desconhecida, que equivale a 0,6% do capital, além de 0,7% de acionistas cujo cadastro se encontra desatualizado, portanto, há valores retidos de juros sobre capital próprio, sendo as competências discriminadas acima.

O total da movimentação de dividendos/JCP está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Saldo inicial	18.084	16.772
Reversão	(142)	(61)
Total distribuído aos acionistas	51.446	31.022
Total pago aos acionistas	(50.755)	(29.649)
Saldo a distribuir	18.633	18.084

Insumos, embalagens e itens de reposição para indústria	8.299	7.575
Outros estoques	212	20
Provisão de perda de estoque	-	(94)
	119.890	39.097

(a) A companhia adota como prática a estocagem de seu insumo principal que é o café para períodos futuros, portanto, com o fechamento de uma venda futura, já é assegurado a compra do café evitando riscos de possíveis escalonamento de preços. Em valores em reais no ano de 2024 a Companhia fechou com 57 milhões de reais em estoque. O principal produto em estoque é o Café Conilon, insumo base na indústria de Café Solúvel.

7. Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS	1.176	898
IRPJ e CSLL	1.359	2.166
PIS/COFINS (a)	22.491	9.748
REINTEGRA (b)	521	586
IRPJ e CSLL Diferido (c)	4.139	4.422
Outros Créditos	-	28
	29.687	17.848
Circulante	24.877	11.011
Não Circulante	4.810	6.837

(a) Créditos relativos à não cumulatividade do PIS e COFINS sobre compras de café, sacaria e gastos diretos, destinados à exportação, autorizados pelas Leis nº 10.637/02, 10.833/03 e nº 12.599/12, passíveis de compensação com tributos federais ou pedidos de restituição em espécie.

(b) Créditos advindos do benefício fiscal denominado Regime Especial de Reintegração de Valores tributados para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA.

(c) No ano de 2021 passou a registrar o valor de IRPJ e CSLL das adições provisórias, constituindo o ativo diferido.

8. Outros créditos

	2024	2023
Despesas antecipadas	1.121	287
Outros adiantamentos	1.055	2.875
Adiantamentos a fornecedores de café	-	32.229
	2.176	35.391

14.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente em cédula de crédito rural (Funcafé) em real brasileiro com prazo médio de 12 a 24 meses. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, sendo ajustadas pelo custo amortizado e valor justo de acordo com as taxas contratadas.

(i) Cédula de crédito rural (Funcafé)

Refere-se ao financiamento com recurso do fundo de defesa da economia cafeeira (Funcafé) para as modalidades de custeio, estocagem, aquisição de café (FAC), capital de giro para cooperativa de produção e capital de giro para indústria de torrefação, este recurso é destinado a cafeicultores, cooperativas de produtores rurais e agroindústria do setor de café.

14.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações em razão de ser preponderantemente exportadora. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza derivativos tais como NDF ou SWAP, sendo eles discriminados abaixo:

(i) Swap

São contratos financeiros em que se negocia a troca de indexadores durante determinado período. A Companhia optou por vincular este derivativo as operações de Funcafé com intuito de converter a sua dívida de Real (R\$) para Dólar Americano (USD), ou seja, alterando a taxa pré-fixada em R\$ para Variação Cambial mais custos determinados pelo Banco.

(ii) NDF

São contratos a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo objetivo é fixar, antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência, a Companhia adota como prática a adoção deste derivativo a fim de atenuar os impactos de exposição cambial.

15. Provisão para contingências / Depósitos Judiciais

O saldo da provisão, constituído com base na opinião de seus consultores jurídicos, quanto à probabilidade de perda provável em processos judiciais, pode ser assim discriminado:

Processos	2024	2023
Cíveis	174	870
Trabalhistas	2.341	2.270
	2.515	3.140

Na data da demonstração contábil, a Companhia apresentava os seguintes valores em garantia correspondentes a depósitos judiciais:

	2024	2023
Trabalhistas	2.268	448
Tributárias	1.135	1.127
Outros	29	29
	3.432	1.604

15.1 Passivos contingentes

(i) As declarações de Imposto de Renda e demais informativos fiscais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base, bem como aqueles que porventura são objetos de processos administrativos. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. A Administração da Companhia, entretanto, não espera perdas significativas como decorrência de eventuais revisões futuras pelas autoridades fiscais.

Embora no ano de 2024 a companhia tenha encerrado discussões administrativas sem êxito, a administração judicializou as ações onde não cabia mais recurso administrativo, garantido o valor da causa por depósito judicial conforme demonstrado no quadro acima.

(ii) A companhia é ré em ações judiciais cíveis, tributárias e trabalhistas classificadas com risco de perda possível, de acordo com a opinião dos nossos consultores jurídicos, sendo estas discriminadas abaixo:

	2024	2023
Trabalhistas	630	1.568
Tributário	1.135	1.169
	1.765	2.737

E a sua movimentação demonstrada abaixo:

Saldo de passivos contingentes em 2023	2.737
Mudança de classificação para provável	-
Mudança de fase para arquivado	(972)
Novos passivos contingentes	-
Saldo de passivos contingentes em 2024	1.765

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$ 163.640, representado por 372.729 (trezentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte e nove) ações, sem valor nominal, todas nominativas, sendo 224.502 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e dois) ações ordinárias e 148.227 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e vinte e sete) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem preferência no reembolso de capital e fazem jus a dividendos, não fixos e sem valor mínimo, entretanto, em montante de 10% superior ao atribuído às ações ordinárias.

b) Reservas de capital e de lucro

A Reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

c) Reservas de retenção

A reserva de retenção de lucros e adotada pela companhia com o objetivo de proteção ao capital social da Companhia e de seus acionistas.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor:

Descrição	2024
Lucro líquido do exercício	56.415
Constituição de reserva legal	2.820
Lucro líquido ajustado	53.594
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	13.398

Juros sobre capital próprio líquido	(43.608)
Imposto de renda	(7.696)
Total de JSCP distribuído	(51.304)

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia utiliza instrumentos de hedge como estratégia para mitigar os riscos associados às variações cambiais decorrentes de suas operações de exportação. Ao final do exercício social encerrado em 2024, a Companhia mantém diversas posições relacionadas a contratos de exportação para entrega futura, com o valor do dólar americano (USD) previamente estabelecido e fixado.

Em virtude do fato de que as operações se referem a entregas futuras, onde ainda não ocorreu a efetiva transferência dos riscos e benefícios inerentes aos ativos subjacentes (receita). Portanto, nenhuma receita foi reconhecida até o momento. No entanto, visando proteger-se contra as oscilações cambiais, a Companhia implementou operações de hedge contabilmente qualificadas, conforme disposto na norma CPC 48 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

A partir do exercício de 2024, os valores resultantes dessas operações de hedge estão reconhecidos no Ativo, enquanto suas contrapartidas são registradas diretamente no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de avaliação Patrimonial. Essa abordagem reflete o objetivo de neutralizar os impactos econômicos das variações cambiais sobre as operações futuras de exportação. Anteriormente considerava-se diretamente no resultado o efeito das variações cambiais.

À medida em que ocorre o reconhecimento da receita de exportação, os efeitos acumulados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do período, passando a integrar o resultado corrente da Companhia. As variações cambiais ocorridas entre o início do período de hedge e o reconhecimento da

receita de exportação são consideradas para fins de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme legislação vigente.

Para o ano de 2024 o valor relativo à posição de vendas em abertas fixadas em bolsa de mercados e futuros discriminados abaixo:

	2024	2023
Vendas em Dólar americano em aberto	21.714	21.539
Vendas em Reais em aberto (data de fechamento da venda)	124.702	108.899
Taxa cambial média da venda	5,7429	5,02826
Vendas em Reais em aberto (taxa fechamento do exercício)	134.449	104.266
Taxa cambial encerramento do exercício	6,1917	4,8407
Variação cambial nominal	(9,746)	4,632
17. Receita operacional, líquida	2024	2023

Mercado interno	117.294	87.954
Mercado externo	472.011	306.319
Faturamento bruto	589.305	394.273
Devoluções de vendas	(569)	(1.104)
Impostos incidentes	(10.346)	(7.971)
Deduções da receita bruta	(10.915)	(9.075)
Receita Líquida	578.390	385.198

A receita líquida da Companhia em 2024 foi de 578.390, um aumento de 50,2% em relação a receita líquida do ano anterior, o volume de vendas aumentou comparando com o ano anterior, tanto no mercado externo quanto no interno.

18. Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito. A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar essas situações e pode utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos.

Tais políticas e procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos.

A Companhia usa seu julgamento para escolher o melhor mecanismo e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b. Política de gestão de riscos financeiros

Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas por conta de eventuais problemas financeiros de seus clientes, que os levem a não honrar seus compromissos com a companhia. Este risco é administrado com recebimento das vendas "Against documents", bem como evitando a concentração de vendas em determinados mercados consumidores e em clientes específicos. O risco do saldo a receber de cliente é devidamente monitorado e quando necessário, efetua-se o registro de provisão para devedores duvidosos.

Risco de preço de commodities/Risco Cambial

6035 REAL CAFE - BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 6035



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

26 mar 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 6035

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-03-26T00:02:16-03:00

26 mar 2025, 00:02:16 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-03-26T00:02:16-03:00

26 mar 2025, 00:02:16 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-03-26T00:02:16-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 22f6b102ca5db7a28bcbac07797f166047145adee49679d4a403476ecaa7d403

[SHA512]: 099fdce78e52d2adf1f387befbbb0ac6ab77959a947833eae4c010d8a1e4dad8566e581e0566d066464e77f43b32c18ec5f94b9e9cbbfe3975d51ec8adef7f6

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB